

NOTA DE REPÚDIO

EXTINÇÃO DO MINISTÉRIO DAS MULHERES, IGUALDADE RACIAL, DA JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS

No último dia doze de maio, o Presidente Interino Michel Temer, assinou a Medida Provisória nº 726, extinguindo o MINISTÉRIO DAS MULHERES, IGUALDADE RACIAL, DA JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS. Esta decisão afronta as garantias constitucionais e o estado democrático: uma violência aos direitos conquistados. Entendemos que a existência de pasta específica para tratar estes temas é fundamental para o fortalecimento das ações de reparação, promoção e defesa desses direitos, com as quais o Estado brasileiro está comprometido, tanto por força da legislação nacional quanto dos tratados internacionais ratificados pelo País, bem como em atendimento ao princípio do não retrocesso em Direitos Humanos, Direito das Mulheres, Direitos da Juventude e do tratamento igualitário em termos de relações étnico-raciais. De acordo com dados produzidos pela Secretaria de Direitos Humanos, extinto órgão vinculado ao Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos, o Brasil se caracteriza como um dos países do mundo com os mais elevados índices de segregação e violência orientadas por critérios sexuais, raciais e de classe. Não obstante, vivemos a crescente notificação de feminicídio, homofobia e violência cultural e letal contra negras e negros e, sobretudo, sua juventude. Segundo dados do *Mapa da Violência – Homicídio de Mulheres*, produzido pela ONU Mulheres/Opas/SPM, lançado neste ano, o número de mulheres vítimas de homicídio cresceu 21%, entre 2005 e 2015, no Brasil. Foram 46.186 vítimas, em grande parte, assassinadas por pessoas conhecidas. Os dados revelam que o país é um dos líderes quando se fala de violência contra a mulher, figurando em quinto lugar, com uma taxa de 4,8 mulheres assassinadas para cada 100 mil habitantes. Necessitamos, urgentemente, de políticas públicas que combatam a cultura violenta que incentiva e educa a sociedade para o preconceito, o ódio, a intolerância e o extermínio letal e cultural de lésbicas, travestis, transexuais, gays, negros e negras, mulheres heterossexuais, povos originários e adeptos de cultos afro-brasileiros. Neste sentido, a extinção do MINISTÉRIO DAS MULHERES, IGUALDADE RACIAL, DA JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS é um grande retrocesso. Assim sendo, os Grupos e Núcleos de Pesquisa, Extensão e Ensino da Universidade Federal do Rio Grande - FURG abaixo assinados repudiam as posturas conservadoras que geraram esta extinção, pois percebemos a necessidade de afirmação dos direitos humanos e de amplo diálogo sobre os temas com o conjunto da população, problemática que deve se tornar ainda mais aguda devido à situação política, econômica e ambiental que o País vive e que pode gerar violações à parcela da população mais vulnerável.

Rio Grande, 15 de maio de 2016.

